



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM ACRE - DERACRE
MINUTA DE CONTRATO Nº 0000007/2026

MINUTA DE CONTRATO Nº 18/2025/DERACRE - NUCLIC

CONTRATO Nº XXX/20XX - DERACRE

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA POR SRP Nº XXX/20XX - COMPRASGOV Nº XXXXX/20XX - DERACRE

UNIDADE GESTORA: [_____]

	CONTRATO DE EXECUÇÃO DE OBRAS QUE CELEBRAM ENTRE SI A DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM INFRAESTRUTURA HIDROVIÁRIA E AEROPORTUÁRIA DO ACRE E A [NOME DA EMPRESA].
--	---

O DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM INFRAESTRUTURA HIDROVIÁRIA E AEROPORTUÁRIA DO ACRE, com sede no(a) [endereço], na cidade de [cidade]/[UF], inscrito(a) no CNPJ sob o nº [CNPJ], neste ato representado(a) pelo(a) [cargo e nome], nomeado(a) pela Portaria nº XX, de [dia] de [mês] de [ano], publicada no DOU de [dia] de [mês] de [ano], portador da Matrícula Funcional nº [nº matrícula], doravante denominado **CONTRATANTE**, e o(a) [EMPRESA OU CONSÓRCIO], inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº [CNPJ], sediado(a) na [endereço], na cidade de [cidade]/[UF], doravante designado **CONTRATADA**, neste ato representado(a) por [nome e função no CONTRATADO], conforme [atos constitutivos da empresa] OU [procuração apresentada nos autos], tendo em vista o que consta no Processo nº xxxxx.xxxxxx/xxxx-xx e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 11.363, de 22 de novembro de 2023 e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da Concorrência por SRP nº XX/XXXX, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente contrato tem por objeto a [], conforme as especificações técnicas e condições descritas no Termo de Referência/Projeto Básico, Memorial Descritivo e demais anexos que integram este instrumento contratual.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL E À PROPOSTA

2.1. O presente contrato vincula-se ao **Edital de Concorrência por SRP nº [XXX/ANO] e seus anexos**, bem como à **proposta apresentada pelo licitante vencedor**, os quais integram este instrumento como anexos, para todos os fins de direito.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DA A LEGISLAÇÃO APLICÁVEL À EXECUÇÃO DO CONTRATO, INCLUSIVE QUANTO AOS CASOS OMISSOS

3.1. O presente contrato será regido e interpretado de acordo com as leis da República Federativa do Brasil, especialmente a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, o Decreto Estadual nº 11.363, de 22 de março de 2023, e demais normas legais e regulamentares aplicáveis à execução de obras públicas e contratos administrativos.



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM ACRE - DERACRE

MINUTA DE CONTRATO Nº 0000007/2026

3.2. As partes concordam que, na hipótese de omissões ou lacunas neste contrato, ou em situações não previstas expressamente nas disposições aqui contidas, será aplicada a legislação vigente no Brasil, incluindo as normas específicas do Estado do Acre, de forma a suprir as omissões e garantir a plena execução e cumprimento das obrigações previstas neste instrumento.

3.3. As partes comprometem-se a ajustar suas ações, sempre que necessário, para garantir que todas as disposições contratuais estejam em conformidade com eventuais alterações legislativas ou regulamentares que venham a ser estabelecidas durante o período de vigência deste contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – DO REGIME DE EXECUÇÃO

4.1. O presente contrato adota o regime de empreitada por preço unitário, nos termos do art. 6º, inciso XXVIII, e art. 46 da Lei nº 14.133/2021, para a execução da obra descrita neste instrumento.

4.2. Os serviços serão executados mediante preço certo por unidades determinadas, conforme especificações constantes do projeto básico, memorial descritivo e demais anexos que integram o contrato.

4.3. Os pagamentos serão realizados com base nas medições dos serviços efetivamente executados e atestados pela fiscalização da Administração, observando o cronograma físico-financeiro aprovado.

5. CLÁUSULA QUINTA – DOS PREÇOS

5.1. O valor global estimado para a execução da obra é de R\$ [valor por extenso], com base nos quantitativos e preços unitários definidos na proposta vencedora que integra este contrato.

6. CLÁUSULA SEXTA – DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO, LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTO

6.1. Critérios de Medição

6.1.1. A medição dos serviços executados será realizada mensalmente, ou conforme definido pela fiscalização do contrato, com base nas quantidades efetivamente executadas, devidamente aferidas em campo e registradas em Boletins de Medição.

6.1.2. As medições observarão rigorosamente os critérios, unidades de medida e preços unitários estabelecidos na planilha orçamentária contratual, constituindo condição indispensável para o pagamento a aprovação expressa da medição pela fiscalização.

6.1.1. Não serão objeto de medição ou pagamento os serviços executados em desacordo com as especificações técnicas, projetos, ordens de serviço ou sem a prévia autorização da Administração.

6.1.2. Documentação Obrigatória para as Medições

6.1.2.1. Constituem documentos obrigatórios para instrução das medições, quando aplicáveis, sem prejuízo de outros previstos no instrumento contratual:

I - Regularidade fiscal e trabalhista da CONTRATADA:

- a) Certidão Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- b) Certidão de Regularidade Fiscal Estadual e Municipal, quando exigível;



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM ACRE - DERACRE

MINUTA DE CONTRATO Nº 0000007/2026

c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

d) Certificado de Regularidade do FGTS – CRF.

II - **Documentação técnica da medição:**

a) Anotação de Responsabilidade Técnica – ART relativa aos serviços executados;

b) Boletim de Medição, contendo:

c) planilha de serviços realizados;

d) memória de cálculo;

e) cronograma físico-financeiro atualizado;

f) relatório fotográfico;

g) justificativa de atraso, quando houver;

h) Relatório gerencial ou documento técnico, quando solicitado pela fiscalização.

III - **Obrigações trabalhistas e previdenciárias:**

a) Cópia da folha de pagamento dos trabalhadores vinculados à execução dos serviços;

b) Guia de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social – GFIP;

c) Guia da Previdência Social – GPS;

d) Guia de Recolhimento do FGTS – GRF;

e) Comprovantes das retenções legais incidentes.

6.1.3. **Documentação Adicional – Primeira Medição**

I - A primeira medição deverá ser acompanhada, quando exigível pela natureza do serviço, dos seguintes documentos:

II - Cadastro Nacional de Obras – CNO;

III - Programas e laudos de segurança e saúde do trabalho, quando cabíveis (PPRA/PGR, PCMSO, LTCAT);

IV - Licenças ambientais pertinentes à execução dos serviços.

6.1.4. **Documentação Condicionante à Última Medição**

6.1.4.1. O pagamento da última medição ficará condicionado à apresentação dos seguintes documentos, quando compatíveis com o objeto contratado:

I - Termo de Recebimento Provisório;

II - Termo de Recebimento Definitivo;



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM ACRE - DERACRE

MINUTA DE CONTRATO Nº 0000007/2026

III - Termo de garantia dos serviços executados;

IV - Comprovação de regularidade da matrícula da obra no CNO, quando houver.

6.1.5. Os comprovantes de recolhimento das contribuições sociais e trabalhistas também deverão ser exigidos das subcontratadas, na hipótese de subcontratação autorizada.

6.2. **Da Liquidação da Despesa**

6.2.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, iniciar-se-á o prazo de até 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação da despesa, prorrogável por igual período, nos termos do art. 7º, § 3º, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

6.2.2. O prazo de liquidação será reduzido à metade nos casos de contratações cujos valores não ultrapassem o limite previsto no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, mantida a possibilidade de prorrogação.

6.2.3. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a Nota Fiscal/Fatura contém, no mínimo:

data de emissão e prazo de validade;

identificação do contrato e do órgão contratante;

período de execução a que se refere;

valor a pagar;

destaque das retenções tributárias cabíveis.

6.2.4. Havendo erro na Nota Fiscal/Fatura ou qualquer circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o CONTRATADO promova a regularização, reiniciando-se o prazo após a devida comprovação, sem ônus para a Administração.

6.2.6. **Regularidade Fiscal**

6.2.6.1. A Nota Fiscal/Fatura deverá ser acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, verificada preferencialmente por meio de consulta ao SICAF, nos termos do art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

6.2.6.2. Constatada irregularidade, o CONTRATADO será notificado para regularização no prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogável uma única vez por igual período, a critério da Administração, assegurado o direito à ampla defesa.

6.2.6.3. Persistindo a irregularidade, a Administração adotará as medidas administrativas cabíveis, inclusive quanto à eventual rescisão contratual, sem prejuízo da continuidade do pagamento pelos serviços efetivamente executados até decisão final, quando aplicável.

6.3. **Do Pagamento**

6.3.1. O pagamento será efetuado por meio de ordem bancária, para crédito em conta corrente indicada pelo CONTRATADO.



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM ACRE - DERACRE

MINUTA DE CONTRATO Nº 0000007/2026

6.3.2. Considerar-se-á como data do pagamento aquela em que constar como emitida a ordem bancária pela Administração.

6.3.3. **Retenções Tributárias**

6.3.3.1. Quando do pagamento, serão efetuadas as retenções tributárias previstas na legislação vigente, independentemente dos percentuais indicados na planilha orçamentária.

6.3.3.2. O CONTRATADO optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá retenções relativas aos tributos abrangidos por esse regime, desde que comprove formalmente sua condição.

6.3.4. **Prazo de Pagamento**

6.3.4.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme disposto na Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

6.3.5. **Atualização por Atraso no Pagamento**

6.3.5.1. Em caso de atraso injustificado no pagamento, desde que o CONTRATADO não tenha concorrido para tanto, será devida compensação financeira calculada conforme a fórmula:

$$EM = N \times VP \times (I / 365)$$

Onde:

EM = encargos moratórios;

N = número de dias de atraso; VP = valor da parcela em atraso;

I = IPCA anual acumulado (IBGE) / 100

7. **CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTE DOS PREÇOS**

7.1. A periodicidade para o reajustamento de preços no contrato administrativo por índice setorial (DNIT/FGV) será anual, tendo como marco inicial a data base do orçamento referencial do edital, e será calculado através da fórmula $R = V \times (I - I_0) / I_0$, onde:

R = valor do reajuste procurado;

V = valor contratual do fornecimento, obra ou serviço a ser reajustado;

I_0 = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta da licitação;

I = índice relativo à data do reajuste.

7.2. Os pedidos de reajustamento deverão ser analisados e respondidos pela Administração no prazo máximo de até 60 (sessenta) dias úteis, contados a partir da instrução completa do requerimento pela CONTRATADA.



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM ACRE - DERACRE

MINUTA DE CONTRATO Nº 0000007/2026

- 7.3. Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido analisado o pedido de reajuste tempestivamente formulado, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro ao reajustamento, sob pena de preclusão.
- 7.4. O reajustamento será formalizado mediante apostilamento, exceto se a sua concessão coincidir com a prorrogação contratual, quando poderá ser formalizado por termo aditivo.
- 7.5. O direito ao reajustamento poderá ser objeto de renúncia expressa, parcial ou integral, bem como de negociação entre as partes, com vistas a garantir a vantajosidade da manutenção do ajuste para o interesse público.
- 7.6. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, a anualidade será contada a partir da data do fato gerador que deu ensejo ao último reajuste concedido ou objeto de renúncia.

8. CLÁUSULA OITAVA – MODELO DE EXECUÇÃO

- 8.1. **Regime de Execução**
- 8.1.1. O objeto será executado sob o regime de empreitada por preço unitário, nos termos da Lei nº 14.133/2021, considerando-se a natureza dos serviços e a execução sob demanda, conforme quantidades efetivamente executadas e medidas..
- 8.1.2. Nesse regime, a CONTRATADA será remunerada pelos **quantitativos efetivamente executados**, medidos conforme critérios estabelecidos neste Termo de Referência e nos projetos, assegurando maior precisão na aferição dos serviços realizados e adequada gestão dos recursos públicos.
- 8.2. **Forma de Execução dos Serviços**
- 8.2.1. A execução dos serviços ocorrerá sob demanda, mediante emissão de Ordens de Serviço, devidamente formalizadas e assinadas pela autoridade competente ou por servidor formalmente designado pela Administração, observados o planejamento institucional e as necessidades identificadas nas regionais atendidas.
- 8.3. **Forma de Comunicação entre a Contratada e a Administração**
- 8.3.1. A comunicação entre a CONTRATADA e a Administração dar-se-á, prioritariamente, por meio formal, mediante registros no processo administrativo, comunicações eletrônicas institucionais e ordens formais emitidas pela fiscalização do contrato, sem prejuízo de reuniões técnicas, quando necessárias.
- 8.3.2. Toda orientação, solicitação ou alteração relevante relacionada à execução dos serviços deverá ser formalizada, de modo a assegurar a rastreabilidade e o adequado controle da execução contratual.
- 8.4. **Local de Execução dos Serviços**
- 8.4.1. Os serviços serão executados conforme as localidades indicadas no indidacadas na Ordem de Serviços.
- 8.5. **Prazo de Execução**



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM ACRE - DERACRE

MINUTA DE CONTRATO Nº 0000007/2026

8.5.1. O prazo de execução serão os definidos de acordo com as demandas e constará no Cronograma Execução, tendo como marco inicial a data de recebimento da Ordem de Serviço emitida pela CONTRATANTE.

8.5.2. A evolução das atividades deverá seguir o **Cronograma Físico-Financeiro** pactuado, sendo que eventuais atrasos na execução física poderão acarretar o retardo proporcional dos pagamentos previstos.

8.5.3. O prazo de execução poderá ser prorrogado, desde que devidamente justificado por escrito e aceito por ambas as partes, antes do encerramento do prazo original.

8.6. **???????Forma de Comunicação entre a Contratada e a Administração**

8.6.1. A comunicação entre a CONTRATADA e a Administração dar-se-á, prioritariamente, por meio formal, mediante registros no processo administrativo, comunicações eletrônicas institucionais e ordens formais emitidas pela fiscalização do contrato, sem prejuízo de reuniões técnicas, quando necessárias.

8.6.2. Toda orientação, solicitação ou alteração relevante relacionada à execução dos serviços deverá ser formalizada, de modo a assegurar a rastreabilidade e o adequado controle da execução contratual.

8.7. **Recebimento Provisório**

8.7.1. O recebimento provisório dos serviços será realizado pela fiscalização do contrato no prazo de até 15 (quinze) dias, contado da comunicação formal de conclusão da respectiva etapa ou Ordem de Serviço, mediante termo circunstanciado, para fins de verificação da conformidade dos serviços executados com as especificações técnicas e contratuais..?????

8.8. **Recebimento Definitivo**

8.8.1. O recebimento definitivo dos serviços ocorrerá no prazo de até 15 (quinze) dias, contado da data do recebimento provisório, após a verificação do saneamento de eventuais pendências apontadas e mediante a emissão de termo definitivo pela Administração, atestando a adequada execução do objeto.??????

8.9. **Condições Gerais para Execução dos Serviços**

8.9.1. A CONTRATADA deverá executar os serviços em conformidade com as especificações técnicas constantes neste Termo de Referência, nos projetos e em sua proposta, observando rigorosamente as normas técnicas aplicáveis e as boas práticas de engenharia.

8.9.2. Os serviços deverão ser executados sem defeitos, falhas ou vícios que comprometam sua funcionalidade e durabilidade, aplicando-se, no que couber, as disposições do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990) e demais legislações pertinentes.

8.9.3. O descumprimento dos prazos estabelecidos sujeitará a CONTRATADA às sanções previstas no art. 156 da Lei nº 14.133/2021, bem como às disposições do edital, do contrato e de seus anexos.

8.9.4. Na hipótese de a CONTRATADA prever atraso no início ou na conclusão dos serviços, deverá solicitar formalmente a prorrogação de prazo, devidamente justificada e acompanhada de prova documental, a ser submetida à apreciação da fiscalização do contrato.



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM ACRE - DERACRE

MINUTA DE CONTRATO Nº 0000007/2026

8.9.5. A ausência de solicitação de prorrogação, ou o indeferimento do pedido, ensejará a adoção das medidas e sanções cabíveis, mediante processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

8.10. **Condições Gerais para Execução dos Serviços**

8.10.1. A CONTRATADA deverá executar os serviços em conformidade com as especificações técnicas constantes neste Termo de Referência, nos projetos e em sua proposta, observando rigorosamente as normas técnicas aplicáveis e as boas práticas de engenharia. Os serviços deverão ser executados sem defeitos, falhas ou vícios que comprometam sua funcionalidade e durabilidade, aplicando-se, no que couber, as disposições do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990) e demais legislações pertinentes.

8.10.2. O descumprimento dos prazos estabelecidos sujeitará a CONTRATADA às sanções previstas no art. 156 da Lei nº 14.133/2021, bem como às disposições do edital, do contrato e de seus anexos.

8.10.3. Na hipótese de a CONTRATADA prever atraso no início ou na conclusão dos serviços, deverá solicitar formalmente a prorrogação de prazo, devidamente justificada e acompanhada de prova documental, a ser submetida à apreciação da fiscalização do contrato.

8.10.4. A ausência de solicitação de prorrogação, ou o indeferimento do pedido, ensejará a adoção das medidas e sanções cabíveis, mediante processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

9. CLÁUSULA NONA – DO CRÉDITO, CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA E CATEGORIA ECONÔMICA

9.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do DERACRE, na dotação abaixo discriminada:

- I - Gestão/unidade: [...];
- II - Fonte de recursos: [...];
- III - Programa de trabalho: [...];
- IV - Elemento de despesa: [...]; e
- V - Categoria Econômica: [...];

9.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DA MATRIZ DE RISCO

10.1. Na hipótese de ocorrência de um dos eventos listados na matriz de risco anexo deste Contrato, a CONTRATADA deverá informar a CONTRATANTE sobre o ocorrido, contendo as seguintes informações mínimas:

10.2. Detalhamento do evento ocorrido, incluindo sua natureza, a data da ocorrência e sua duração estimada;



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM ACRE - DERACRE

MINUTA DE CONTRATO Nº 0000007/2026

- 10.3. As medidas que estavam em vigor para mitigar o risco de materialização do evento, quando houver;
- 10.4. As medidas que irá tomar para fazer cessar os efeitos do evento e o prazo estimado para que esses efeitos cessem;
- 10.5. As obrigações contratuais que não foram cumpridas ou que não irão ser cumpridas em razão do evento; e,
- 10.6. Outras informações relevantes.
- 10.7. Após a notificação, a CONTRATANTE decidirá quanto ao ocorrido ou poderá solicitar esclarecimentos adicionais a CONTRATADA. Em sua decisão a CONTRATANTE poderá isentar temporariamente a CONTRATADA do cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo Evento.
- 10.8. A concessão de qualquer isenção não exclui a possibilidade de aplicação das sanções previstas na Cláusula contratual respectiva.
- 10.9. O reconhecimento pela CONTRATANTE dos eventos descritos na matriz de risco anexo deste Contrato que afetem o cumprimento das obrigações contratuais, com responsabilidade indicada exclusivamente a CONTRATADA, não dará ensejo a recomposição do equilíbrio econômico financeiro do Contrato, devendo o risco ser suportado exclusivamente pela CONTRATADA.
- 10.10. As partes deverão acordar a forma e o prazo para resolução do ocorrido.
- 10.11. As partes não serão consideradas inadimplentes em razão do descumprimento contratual decorrente de caso fortuito, fato do príncipe ou força maior.
- 10.12. Avaliada a gravidade do evento, as partes, mediante acordo, decidirão quanto a recomposição do equilíbrio econômico financeiro do Contrato, salvo se as consequências do evento sejam cobertas por Seguro, se houver.
- 10.13. O Contrato poderá ser rescindido, quando demonstrado que todas as medidas para sanar os efeitos foram tomadas e mesmo assim a manutenção do contrato se tornar impossível ou inviável nas condições existentes ou é excessivamente onerosa.
- 10.14. As partes se comprometem a empregar todas as medidas e ações necessárias a fim de minimizar os efeitos advindos dos eventos de caso fortuito, fato do príncipe ou força maior.
- 10.15. Os fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do contrato, não previstos na matriz de risco, serão decididos mediante acordo entre as partes, no que diz respeito à recomposição do equilíbrio econômico financeiro do contrato.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

- 11.1. O contratado poderá solicitar o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, mediante requerimento formal e devidamente fundamentado, acompanhado de documentos que comprovem a ocorrência de evento superveniente previsto na matriz de riscos ou reconhecido pela legislação como apto a gerar



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM ACRE - DERACRE
MINUTA DE CONTRATO Nº 0000007/2026

desequilíbrio.

11.2. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da data do protocolo do pedido devidamente instruído, para analisar e responder à solicitação do contratado.

11.3. Caso a Administração identifique a necessidade de complementação da documentação ou de esclarecimentos adicionais por parte do contratado, o prazo de 30 (trinta) dias será suspenso, reiniciando-se a partir da data de recebimento da documentação complementar ou dos esclarecimentos solicitados.

11.4. A resposta ao pedido poderá resultar em:

a) Deferimento do pedido e formalização de termo aditivo para o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro;

b) Indeferimento do pedido, com justificativa formal.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

12.1. A presente contratação conta com garantia de execução, nos moldes do art. 96 da Lei nº 14.133, de 2021, na modalidade **seguro-garantia**, no valor correspondente a **5% (cinco por cento)** do valor total/anual do contrato.

12.2. **OU**

12.3. O contratado apresentará, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia, podendo optar por: **caução em dinheiro, fiança bancária ou título de capitalização**, em valor correspondente a correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO PRAZO DE GARANTIA MÍNIMA DO OBJETO

13.1. O prazo de garantia mínima do objeto será de **5 (cinco) anos**, conforme disposto no § 6º do art. 140 da Lei nº 14.133, de 2021, e nas normas técnicas aplicáveis. Durante esse período, o contratado será responsável pela solidez e pela segurança dos materiais e serviços executados, bem como pela funcionalidade da construção.

13.2. Identificados vícios, defeitos ou incorreções no objeto, o contratado obriga-se a realizar, às suas expensas, as reparações, correções, reconstruções ou substituições necessárias, sem prejuízo das demais responsabilidades previstas em lei e no contrato.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES, DIREITOS E AS RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

14.1. Permitir acesso da contratada ao canteiro de obras para prestar o serviço objeto do contrato;

14.2. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratada;

14.3. Designar através de Portaria o(s) servidor(es) para atuar como gestor(es) do contrato; e servidor(es) para atuar na fiscalização da execução dos serviços contratados;

14.4. Solicitar a substituição de qualquer membro da equipe técnica da contratada;



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM ACRE - DERACRE

MINUTA DE CONTRATO Nº 0000007/2026

- 14.5. Convocar, a qualquer momento, a contratada, para prestar esclarecimentos ou sanar dúvidas;
- 14.6. Solicitar, sempre que entender conveniente, relatório atualizado do andamento de cada atividade dos serviços;
- 14.7. Atestar as notas fiscais/faturas correspondentes e fiscalizar o serviço, por intermédio do setor responsável;
- 14.8. Efetuar o pagamento no prazo previsto neste contrato;
- 14.9. Aplicar as sanções administrativas contratuais.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES, DIREITOS E AS RESPONSABILIDADES DA CONTRATADO

- 15.1. Cumprir fielmente o presente Contrato, de modo que no prazo estabelecido, as obras e os serviços sejam entregues inteiramente concluídos e acabados, em perfeitas condições de uso e funcionamento;
- 15.2. Observar, na execução das obras e dos serviços, as leis, os regulamentos, as posturas, bem como as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), Instituto de Pesquisa Rodoviária (IPR) e Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte (DNIT), assim como as demais normas pertinentes;
- 15.3. Cumprir a legislação e as normas relativas à Segurança e Medicina do Trabalho, diligenciando para que seus empregados trabalhem com Equipamento de Proteção Individual (EPI) e executem os testes necessários e definidos na legislação pertinente. A fiscalização da Contratante poderá paralisar os serviços, enquanto tais empregados não estiverem protegidos, ficando o ônus da paralisação por conta da Contratada;
- 15.4. Assumir toda responsabilidade e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados, acidentados ou com mal súbito, por meio de seus encarregados, inclusive para atendimento em casos de emergência;
- 15.5. Manter todos os equipamentos de medição aferidos pelo INMETRO;
- 15.6. Substituir, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas do recebimento do comunicado, materiais, equipamentos, veículos e ferramentas alocados para execução dos serviços, que não estiverem revestidos de qualidade e/ou condições de uso;
- 15.7. Resolução nº. 425/98 do CONFEA.
- 15.8. Providenciar, as suas expensas, junto às repartições competentes, o necessário licenciamento das obras e serviços, as aprovações respectivas, inclusive de projetos complementares, a ART, o “Alvará de Construção” e a “Carta de Habite-se”, quando for o caso, bem como o fornecimento de placas exigidas pelos órgãos competentes, pela CONTRATANTE;
- 15.9. Fornecer equipamentos, instalações, ferramentas, materiais e mão-de-obra necessários à instalação e manutenção do canteiro de obras;
- 15.10. Instalar escritórios adequados para a fiscalização das obras, cuja planta será previamente aprovada pela fiscalização da CONTRATANTE;



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM ACRE - DERACRE

MINUTA DE CONTRATO Nº 0000007/2026

- 15.11. Fornecer e utilizar na execução das obras e dos serviços, equipamentos e mão-de-obra adequada e materiais novos e de primeira qualidade;
- 15.12. Executar ensaios, verificações e testes de materiais e de equipamentos ou de serviços executados, bem como acompanhamento tecnológico da obra, quando exigidos pela fiscalização;
- 15.13. Realizar as despesas com mão-de-obra, inclusive as decorrentes de obrigações previstas na legislação fiscal, social e trabalhista, apresentando à CONTRATANTE, quando exigida, cópia dos documentos de quitação;
- 15.14. Remover as instalações provisórias da obra, ao seu término;
- 15.15. Dar integral cumprimento ao, bem como sua proposta e o Edital, os quais passam a integrar este Instrumento, independentemente de transcrição;
- 15.16. Manter no canteiro de obras, planilha orçamentária, memorial descritivo, especificações técnicas e cópia das medições;
- 15.17. Responder por todos os ônus referentes aos serviços ora contratados, desde os salários do pessoal, neles empregados, como também os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, que venham a incidir sobre o presente Contrato;
- 15.18. Apresentar seus empregados convenientemente uniformizados e/ou com identificação mediante crachás;
- 15.19. Responder pelos danos, de qualquer natureza, que venham a sofrer seus empregados, terceiros ou a CONTRATANTE, em razão de acidentes ou de ação, ou de omissão, dolosa ou culposa, de prepostos da CONTRATADA ou de quem em seu nome agir.
- 15.20. Responsabilizar-se:
- a) Por quaisquer danos causados por seus empregados, dentro da área e das dependências dos locais onde serão executados os serviços;
 - b) Por quaisquer acidentes na execução das obras e dos serviços, inclusive quanto às redes de serviços públicos, o uso indevido de patentes, e, ainda, por fatos de que resultem a destruição ou danificação da obra, estendendo-se essa responsabilidade até a assinatura do “Termo de Recebimento Definitivo da Obra” e a integral liquidação de indenização acaso devida a terceiros;
 - c) Pela estabilidade da obra e o perfeito e eficiente funcionamento de todas as suas instalações, responsabilidade esta que, na forma da lei, subsistirá mesmo após a aceitação provisória ou definitiva da obra;
 - d) Pela qualidade e a quantidade dos materiais empregados, assim como o processo de sua utilização, cabendo-lhe, inclusive, a execução das obras e dos serviços que, não aceitos pela fiscalização, devam ser refeitos;



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM ACRE - DERACRE

MINUTA DE CONTRATO Nº 0000007/2026

- e) Pelo pagamento de seguros, impostos, taxas e serviços, encargos sociais e trabalhistas, e quaisquer despesas referentes à obra, inclusive licença em repartições públicas, registros, publicações e autenticações do Contrato e dos documentos a ele relativos, se necessário;
 - f) Pela matrícula individual da obra no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA), devendo apresentar à CONTRATANTE o documento comprobatório respectivo até 10 (dez) dias após a assinatura do Contrato;
 - g) Pela entrega da obra com “Termo de “as built” quando necessário e com as instalações definitivas de luz, força, água, esgoto, telefone e contra incêndio, devidamente testadas e aprovadas, em perfeitas condições de uso e funcionamento, e, quando for o caso, ligadas às redes públicas, com aprovação das concessionárias locais, se necessário;
 - h) Pela correção dos defeitos notificados pela CONTRATANTE ou pela Fiscalização sempre que solicitado;
- 15.21. Manter no canteiro de obras pela CONTRATADA com cópias dos projetos arquitetônicos e complementares de engenharia;
- 15.22. Fornecer, na entrega da obra, todos os projetos atualizados com todas as alterações porventura efetuadas durante a execução da obra;
- 15.23. Refazer os serviços, sem ônus para o CONTRATANTE, caso não atendam as especificações, de acordo com a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), Instituto de Pesquisa Rodoviária (IPR) e Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte (DNIT), assim como as demais normas pertinentes;
- 15.24. Substituir o material incorporado às obras, sem ônus para a CONTRATANTE, caso não esteja de acordo com os padrões de qualidade e durabilidade necessários;
- 15.25. Fornecer e manter na obra o Livro Diário onde serão feitas, pelo engenheiro, as anotações diárias sobre o andamento dos trabalhos tais como indicações técnicas, início e término das etapas de serviços, causas e datas de início e término de eventuais interrupções dos serviços, assuntos que requeiram providências das partes, devendo, necessariamente, ser apresentado a CONTRATANTE, ao final de cada dia, para conhecimento e visto. Assim como o registro das ocorrências julgadas relevantes pela CONTRATANTE;
- 15.26. O Livro Diário de Obra deverá conter Termo de Abertura assinado por ambas as partes e páginas numeradas, sendo que cada página deverá ser composta de três vias de mesma numeração, sendo duas destacáveis e uma fixa;
- 15.27. Manter, durante a execução do contrato, todas as condições da habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 15.28. Permitir e facilitar, em seu canteiro de obras, o trabalho de terceiros, autorizados pela CONTRATANTE;
- 15.29. Manter na direção da(s) obra(s), profissional (is) legalmente habilitado(s) pelo CREA, que será(ão) seu(s) preposto(s);



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM ACRE - DERACRE

MINUTA DE CONTRATO Nº 0000007/2026

- 15.30. Manter seguro para garantia de pessoas e bens, cuja apólice (cópia autenticada) deverá ser apresentada à contratante (quando aplicável);
- 15.31. Responder, civil e criminalmente, por todos os danos, perdas e prejuízos que, por dolo ou culpa no cumprimento do contrato, venham direta ou indiretamente provocar ou causar por si ou por seus empregados, à contratada ou a terceiros;
- 15.32. Apresentar na assinatura do Contrato documento comprobatório de inexistência de débito relativo às contribuições sociais na forma da Lei nº 8.212/91 (CND e FGTS) e cópia da proposta;
- 15.33. A CONTRATADA deverá manter preposto, com competência técnica e aceito pela CONTRATANTE, no local da obra ou serviço, para subsequente na execução do Contrato;
- 15.34. Pagar, até o 5º (Quinto) dia útil do mês subsequente ao vencido, os salários dos empregados utilizados nos serviços contratados, bem como recolher no prazo legal os encargos decorrentes da contratação dos mesmos, exibindo, sempre que solicitado, as comprovações respectivas. A CONTRATADA não poderá utilizar o atraso no pagamento da fatura pela Contratante decorrente da falta de documentação exigida ou outras razões, como causa da não-promoção do pagamento dos empregados nas datas regulamentares;
- 15.35. Repassar a cada empregado, quantitativo de vale-refeição ou vales alimentação suficiente para cada mês, bem assim vale-transporte também no quantitativo necessário para que cada empregado se desloque residência/trabalho e vice-versa durante todo o mês, ambos em uma única entrega, no último dia útil do mês que antecede a utilização dos mesmos.
- 15.36. Manter sigilo, não reproduzindo, divulgando ou utilizando em benefício próprio, ou de terceiros, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de interesse da CONTRATANTE ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução do objeto contratual;
- 15.37. Dar imediato conhecimento a Contratante de autuações ou notificações porventura lavradas pela fiscalização em geral, bem como erros e omissões, relativas aos serviços ou obras sob sua responsabilidade técnica ou fiscalização;
- 15.38. Comunicar a CONTRATANTE a substituição ou inclusão de profissional da equipe de responsáveis técnicos pelo contrato, submetendo previamente os documentos do novo profissional para aprovação da CONTRATANTE;
- 15.39. Requerer às concessionárias de serviços públicos, por sua conta, ligações provisórias, necessárias, tais como água, esgoto, telefone, pluvial, entre outras, bem como diligenciar sua obtenção arcando com as taxas e emolumentos de tais serviços;
- 15.40. A fiscalização ou o acompanhamento do contrato pela Administração da Contratante não exclui ou reduz a responsabilidade da Contratada; e Prestar à CONTRATANTE os esclarecimentos que julgar necessários para boa a execução do contrato.
- 15.41. A contratada devesa consultar os Órgãos Municipais Ambientais para a descarga dos resíduos da construção civil em aterros de resíduos domiciliares, em encostas, corpos d'água ou em suas margens, terrenos



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM ACRE - DERACRE

MINUTA DE CONTRATO Nº 0000007/2026

baldios, áreas protegidas por Lei, áreas recobertas com vegetação ou em regeneração, áreas alagadiças ou com lençol freático aflorante, margens das rodovias, estradas vicinais e as demais áreas não licenciadas. Todo e qualquer resíduo decorrente das atividades do objeto deste contrato deverá atender a Resolução do CONAMA Nº 307, de 05 de julho de 2002, que estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil, disciplinando as ações necessárias de forma a minimizar os impactos ambientais;

15.42. Os insumos (areia, brita e madeira), deverão ser retirados/adquiridos nas áreas licenciadas ou cadastradas pelo órgão ambiental responsável; e, ainda, que essas licenças/cadastros são de responsabilidade da empresa fornecedora, em atendimento a Resolução CONAMA nº 237/1997, bem como também estabelecido no art. 4º, inc. IX da Instrução Normativa/MPOG nº 001 de 19 de janeiro de 2010;

15.43. Responsabilizar-se civil, administrativamente e criminalmente, por quaisquer danos causados ao meio ambiente;

15.44. Responsabilizar-se pela exatidão, solidez e segurança da obra ou serviço, inclusive dos trabalhos eventualmente subcontratados obrigando-se a reparar inteiramente, às suas expensas e nos prazos determinados pela CONTRATANTE, todos os erros, vícios, defeitos, incorreções e falhas comprovados, resultantes da execução ou de materiais empregados, mesmo após o seu termino, em conformidade com as garantias previstas neste contrato e nos moldes estabelecidos pelo Código Civil Brasileiro;

15.45. No caso de a CONTRATADA recusar-se ou negligenciar em corrigir estas omissões, falhas ou defeitos, a CONTRATANTE procederá à correção dos mesmos, respondendo a CONTRATADA pelo inadimplemento contratual, multas e outras sanções cabíveis, podendo, ainda, a CONTRATANTE se ressarcir desses custos com as garantias contratuais ou com os créditos de qualquer pagamento ainda devido a CONTRATADA.

15.46. É obrigação contratada de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta;

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 16.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:
- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
 - b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - c) der causa à inexecução total do contrato;
 - d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
 - e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
 - f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM ACRE - DERACRE

MINUTA DE CONTRATO Nº 0000007/2026

- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

16.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

16.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

16.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

16.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

16.2.4. **Multa:**

16.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de **1% (um por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **25 (vinte e cinco)** dias.

16.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

16.2.4.3. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

16.2.4.4. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 0,5% (zero virgula cinco por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

16.2.4.5. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 0,5% (zero virgula cinco por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

16.2.4.6. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 0,5% (zero virgula cinco por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

16.2.4.7. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 0,5% (zero virgula cinco por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

16.2.4.8. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 0,5% (zero virgula cinco por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

16.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM ACRE - DERACRE

MINUTA DE CONTRATO Nº 0000007/2026

- 16.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.
- 16.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 16.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
- 16.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 16.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 16.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.
- 16.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicaf serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.
- 16.9. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 16.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 16.9.2. as peculiaridades do caso concreto;
- 16.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 16.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e
- 16.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 16.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.
- 16.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM ACRE - DERACRE

MINUTA DE CONTRATO Nº 0000007/2026

empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

16.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

16.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

16.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

17.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes DERACRE e contratada, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei vigente, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

17.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstância mediante simples apostila.

17.3. As comunicações entre o DERACRE e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

17.4. O órgão poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

17.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

17.6. Do Preposto

17.6.1. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM ACRE - DERACRE

MINUTA DE CONTRATO Nº 0000007/2026

17.6.2. O DERACRE poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

17.7. **Do Fiscal do Contrato**

17.7.1. São atribuições do fiscal de contratos, sem prejuízo das demais previstas no Manual de Gestão e Fiscalização dos Contratos Administrativos:

17.7.2. Conhecer o inteiro teor do Edital e seus anexos ou da Ata de Registro de Preços, do Instrumento Contratual, seus anexos e eventuais aditivos/apostilamentos;

17.7.3. Avaliar a quantidade e a qualidade dos serviços executados ou dos bens entregues;

17.7.4. Atestar, em documento hábil, o fornecimento ou a entrega de bens permanentes ou de consumo e a prestação do serviço, após conferência prévia do objeto contratado;

17.7.5. No caso de serviços, controlar a efetividade e eficácia da sua execução em estrita observância ao estabelecido no contrato (especificações e normas técnicas, por exemplo), solicitando a correção de eventuais vícios, imperfeições, deficiências e/ou omissões;

17.7.6. No caso de compras, acompanhar a entrega dos bens, verificando sua quantidade e qualidade; Registrar todas as ocorrências havidas durante o período de execução do contrato, em livro próprio;

17.7.7. Observar os prazos contratuais para a regularização de eventuais falhas e, no caso da inexistência de sua previsão, estabelecer juntamente com o Gestor de Contrato, prazo razoável para medida saneadora.

17.7.8. Conhecer suas atribuições e responsabilidades para o exercício das atividades de fiscalização;

17.7.1. Assegurar-se do cumprimento integral das obrigações contratuais assumidas pela contratada;

17.7.2. Apresentar, periodicamente ou quando solicitado, relatório circunstanciado de acompanhamento da execução do serviço, da entrega do material ou do bem, que deverá ser instruído com registros fotográficos e demais documentos probatórios, quando for o caso;

17.7.3. Acompanhar rotineiramente a execução dos serviços contratados, assim como conferir se os materiais ou bens requisitados foram entregues em perfeito estado e nas mesmas condições e características pactuadas;

17.7.4. Atuar em tempo hábil na solução dos problemas que – porventura - venham a ocorrer ao longo da execução contratual, desde que não ultrapassem suas competências;

17.7.5. Encaminhar as questões que ultrapassem suas atribuições ao Gestor do Contrato;

17.7.6. Providenciar, sempre por escrito, a obtenção de esclarecimentos, auxílio ou suporte técnico para aqueles casos em que tiver dúvidas sobre a providência a ser adotada.

17.7.7. Indicar, em nota técnica, a necessidade de eventuais descontos a serem realizados no valor mensal dos serviços, por meio de glosas que serão escritas no verso da nota ou documento equivalente;



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM ACRE - DERACRE

MINUTA DE CONTRATO Nº 0000007/2026

- 17.7.8. Cientificar o gestor do contrato e também o Ordenador de Despesas do órgão/entidade contratante da possibilidade de não conclusão do objeto na data pactuada, com as devidas justificativas;
- 17.7.9. Realizar, juntamente com a contratada, as medições dos serviços nas datas estabelecidas, antes de atestar as respectivas notas fiscais;
- 17.7.10. Reportar-se sempre ao preposto da contratada, não devendo, em hipótese alguma, dar ordens diretamente aos seus empregados;
- 17.7.11. Emitir atestados ou certidões de avaliação dos serviços prestados; Emitir atestado ou certidão de realização de serviços, total ou parcial;
- 17.7.12. Controlar a medição do serviço executado, aprovando somente a medição dos servidos efetivamente realizados; Informar o Gestor do Contrato sobre irregularidade que deva ser sanada;
- 17.7.13. Glosar as medições quando houver má execução do contratado ou mesmo a sua não execução e, com isso, sugerir a aplicação de penalidades ao contratado em face do inadimplemento de suas obrigações;
- 17.7.14. Representar, levando ao conhecimento das autoridades a execução de ato ilícito que tenha tido conhecimento em razão de seu ofício.
- 17.8. **Do Gestor do Contrato**
- 17.8.1. São atribuições do Gestor de Contratos, sem prejuízo das demais previstas no Manual de Gestão e Fiscalização dos Contratos Administrativos:
- 17.8.2. Conhecer o inteiro teor do Edital e seus anexos ou da Ata de Registro de Preços, do Instrumento Contratual e seus eventuais aditivos;
- 17.8.3. Gerenciar todo o Processo Administrativo de Despesa Pública – PADP referente à contratação;
- 17.8.4. Assegurar-se do cumprimento integral das obrigações contratuais assumidas, com qualidade e em respeito à legislação vigente;
- 17.8.5. Solicitar periodicamente ao fiscal do contrato relatório das ocorrências para que, sendo o caso, possa tomar as providências cabíveis a fim de corrigi-las;
- 17.8.6. Atuar em tempo hábil na solução dos problemas de sua alçada que venham a ocorrer ao longo da execução contratual;
- 17.8.7. Analisar notas/glosas escritas pelo fiscal, a fim de constatar a possível necessidade de descontos a serem realizados no valor mensal dos serviços/compras, informando-as ao setor financeiro;
- 17.8.8. Encaminhar formalmente as demandas ao preposto por meio de ordem de serviço/entrega ou fornecimento;
- 17.8.9. Repassar ao Fiscal de Contratos todas as informações e documentos relativos ao contrato, para que este último possa bem fiscalizá-lo;



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM ACRE - DERACRE

MINUTA DE CONTRATO Nº 0000007/2026

- 17.8.10. Dar publicidade e manter semanalmente atualizados os dados de cada PADP sob sua gerência por meio da inserção de dados em meios informáticos;
- 17.8.11. Acompanhar a vigência do instrumento contratual, a fim de proceder às diligências administrativas de prorrogação, se possível e vantajoso for, ou ao encerramento da contratação, de modo a garantir o atendimento do interesse público;
- 17.8.12. Propor medidas que melhorem a execução do contrato;
- 17.8.13. Conhecer suas atribuições para o exercício das atividades de gestão;
- 17.8.14. Encaminhar ao respectivo responsável, as questões que ultrapassam o âmbito das suas atribuições para que possam ser solucionadas;
- 17.8.15. Providenciar, sempre por escrito, a obtenção de esclarecimentos, auxílio ou suporte técnico, para aqueles casos em que tiver dúvidas sobre a providência a ser adotada;
- 17.8.16. Alimentar o Portal da Transparência e de Acesso à Informação do Governo, os sistemas informatizados para gestão dos Contratos Administrativos e outros subsistemas quanto a informações inerentes aos contratos que gerencia, responsabilizando-se por tais informações, inclusive, sempre quando solicitadas;
- 17.8.17. Negociar condições previamente estabelecidas com o contratante sempre que o mercado assim o exigir e quando da sua prorrogação, nos termos da Lei.
- 17.8.18. Informar periodicamente ao Ordenador de Despesas do órgão/entidade sobre ocorrências relacionadas ao contrato. Por exemplo: execução de ajustes, requerimento de concessão de reajuste, prorrogações e etc., encaminhando, sempre que solicitado, o relatório de acompanhamento de obras ou serviços prestados comunicando as irregularidades encontradas;
- 17.8.19. Juntamente com o fiscal, deve levar ao conhecimento do Ordenador de Despesas do órgão/entidade, sempre por escrito, instruções relativas a modificações de projetos aprovados, alterações de prazos, cronogramas e demais informações correlatas ao contrato, emitindo pareceres e relatórios técnicos como forma de subsidiar a Administração na tomada de decisões;
- 17.8.20. Obter a formalização da designação do preposto junto à contratada;
- 17.8.21. Elaborar o plano de inserção, instrumento pelo qual deverá ocorrer o repasse ao contratado dos conhecimentos necessários para a execução dos serviços, e disponibilizar infraestrutura adequada à contratada para execução do pactuado, quando for o caso;
- 17.8.22. Notificar a contratada, por ordem do Ordenador de Despesas do órgão/entidade contratante, sobre irregularidades encontradas; e
- 17.8.23. Controlar a regularidade do adimplemento das obrigações trabalhistas e previdenciárias da contratada com seus empregados.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – OS CASOS DE EXTINÇÃO DO CONTRATO



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM ACRE - DERACRE

MINUTA DE CONTRATO Nº 0000007/2026

- 18.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.
- 18.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.
- 18.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do CONTRATADO:
- 18.3.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- 18.3.2. poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual
- 18.4. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
- 18.5. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.
- 18.6. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.
- 18.7. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
- 18.8. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:
- 18.8.1. Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 18.8.2. Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 18.8.3. Das indenizações e multas.
- 18.9. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.
- 18.10. O CONTRATANTE poderá ainda:
- 18.10.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e
- 18.10.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.
- 18.11. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato,



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM ACRE - DERACRE

MINUTA DE CONTRATO Nº 0000007/2026

ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

19.1. O presente contrato poderá ser alterado, mediante justificativa formal, nos seguintes casos, nos termos dos artigos 124 a 136 da Lei nº 14.133, de 2021:

I - Unilateralmente pela Administração:

- a) Para modificação do projeto ou das especificações, visando à melhor adequação técnica aos objetivos do contrato;
- b) Para alteração do valor contratual em decorrência de acréscimos ou diminuições quantitativas do objeto, respeitados os limites legais.

II - Por acordo entre as partes:

- a) Para substituição da garantia de execução, se conveniente;
- b) Para modificação do regime de execução ou do modo de fornecimento, diante de verificação técnica de sua necessidade;
- c) Para alteração da forma de pagamento por circunstâncias supervenientes, vedada a antecipação sem a correspondente execução do objeto;
- d) Para restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, em casos de força maior, caso fortuito, fato do príncipe, ou fatos imprevisíveis de consequências incalculáveis, desde que respeitada a matriz de riscos contratual.

19.2. As alterações de acréscimos ou supressões de obras, serviços ou compras, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, serão obrigatoriamente aceitas pelo contratado nas mesmas condições contratuais. No caso de reforma de edifícios ou equipamentos, o limite para os acréscimos será de até 50% (cinquenta por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

19.3. O contratado será ressarcido pelos custos comprovados e monetariamente ajustados de materiais adquiridos e colocados no local da obra que sejam impactados por alterações contratuais.

19.4. As alterações unilaterais não poderão modificar o objeto contratado nem transfigurar as obrigações originalmente pactuadas.

19.5. Nos casos de contratações integradas ou semi-integradas, as alterações contratuais obedecerão aos limites e condições específicas previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

19.6. A Administração poderá realizar alterações nos preços contratuais em decorrência de criação, alteração ou extinção de tributos, encargos legais, ou em virtude de disposições legais supervenientes que impactem o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

19.7. A formalização das alterações ocorrerá por meio de termo aditivo, salvo nas situações em que for admitida a simples apostila, como reajustes previstos no contrato, compensações financeiras, ou alterações na razão



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM ACRE - DERACRE

MINUTA DE CONTRATO Nº 0000007/2026

social do contratado.

19.8. Qualquer alteração que implique aumento ou diminuição de encargos ao contratado será acompanhada do restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro no mesmo termo aditivo.

19.9. A execução de prestações determinadas pela Administração, decorrentes de alterações contratuais, somente ocorrerá após a formalização do respectivo termo aditivo, exceto em casos de justificada necessidade de antecipação, com formalização posterior no prazo de até 30 (trinta) dias.

20. CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA SUBCONTRATAÇÃO

20.1. É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de **20% (vinte por cento)** do valor total do contrato, nas seguintes condições:

20.2. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do Contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

20.3. A subcontratação depende de autorização prévia do Contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

20.4. O Contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

20.5. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

21. CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DO LIVRE ACESSO

21.1. A Administração, por intermédio de seus servidores ou prepostos devidamente designados, terá livre acesso, a qualquer tempo, aos locais, documentos, informações e materiais relacionados à execução do objeto deste contrato, para fins de fiscalização, monitoramento e controle.

21.2. O contratado deverá disponibilizar toda a documentação, dados, registros e informações necessários à verificação do cumprimento das obrigações contratuais.

21.3. O contratado deverá franquear o acesso às instalações, equipamentos e locais de execução dos serviços, fornecendo as condições adequadas para que a Administração possa realizar vistorias, inspeções ou auditorias.

21.4. O contratado deverá garantir plena transparência em relação à execução do objeto, facilitando o trabalho de fiscalização e monitoramento por parte da Administração.



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM ACRE - DERACRE

MINUTA DE CONTRATO Nº 0000007/2026

21.5. O sigilo sobre informações confidenciais será respeitado, desde que não impeça ou dificulte a fiscalização pela Administração.

21.6. A negativa injustificada de acesso às informações, locais ou materiais necessários à fiscalização será considerada descumprimento contratual, podendo ensejar a aplicação das penalidades previstas neste contrato e na legislação vigente.

22. CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – ANTICORRUPÇÃO

22.1. Compromisso com a Integridade

22.1.1. A CONTRATADA declara, sob as penas da lei, que adota postura ética e íntegra em todas as suas atividades, comprometendo-se a não oferecer, prometer, autorizar, realizar, solicitar ou receber, direta ou indiretamente, qualquer vantagem indevida, pagamento, presente, benefício, suborno, propina ou comissão a agentes públicos ou a quaisquer terceiros, com o objetivo de influenciar atos ou omissões relacionados à celebração, execução ou fiscalização deste contrato.

22.2. Conformidade Legal e Programas de Integridade

22.2.1. A CONTRATADA obriga-se a cumprir rigorosamente todas as disposições da Lei Federal nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção Empresarial), da Lei Estadual nº 3.747/2021 (que institui o Programa de Integridade e Compliance do Estado do Acre), bem como demais normas e regulamentos anticorrupção e de integridade aplicáveis, incluindo os princípios da administração pública previstos no art. 37 da Constituição Federal.

22.3. Canal de Denúncias e Cooperação

A CONTRATADA se compromete a divulgar internamente, entre seus dirigentes, empregados, prepostos e eventuais subcontratados, os canais oficiais de denúncia do Departamento de Estradas de Rodagem, Infraestrutura Viária e Aeroportuária do Acre – DERACRE, viabilizando que qualquer conduta irregular relacionada a este contrato seja prontamente comunicada. Os canais são:

I - E-mail: deracregabinete@gmail.com / gabinete.deracre@ac.gov.br

II - Telefone: (68) 3221-4080

III - Endereço: Via Chico Mendes, 805, Vila DNER, Rio Branco/AC

22.4. Responsabilidade e Sanções

22.4.1. O descumprimento das obrigações estabelecidas nesta cláusula sujeitará a CONTRATADA às sanções administrativas, civis e penais cabíveis, incluindo, sem prejuízo, a rescisão contratual, aplicação de multas, responsabilização nos termos da legislação vigente e eventual declaração de inidoneidade ou impedimento de contratar com a Administração Pública.

23. CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA, EXECUÇÃO E PRORROGAÇÃO



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM ACRE - DERACRE

MINUTA DE CONTRATO Nº 0000007/2026

- 23.1. O prazo de vigência do contrato será de **12 (doze) meses**, contados da data de sua assinatura, considerando-se, na hipótese de assinatura eletrônica, a data da última assinatura aposta no instrumento contratual.
- 23.2. O prazo de execução do objeto será de **4 (quatro) meses**, contados do recebimento da **Ordem de Serviço** pela contratada.
- 23.3. Os prazos de vigência e de execução são distintos, devendo a vigência abranger período suficiente para a execução do objeto, seu recebimento e a adoção das providências administrativas necessárias.
- 23.4. Na forma do art. 105 da Lei nº 14.133/2021, a duração deste contrato observará o prazo estabelecido neste instrumento, condicionada à existência de créditos orçamentários e à previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
- 23.5. Tratando-se de contratação com escopo predefinido, caso o objeto não seja concluído no prazo de execução inicialmente fixado, o prazo de vigência será **automaticamente prorrogado**, nos termos do art. 111 da Lei nº 14.133/2021, até a conclusão do objeto.
- 23.6. A prorrogação automática da vigência será **formalmente registrada nos autos do processo administrativo**, mediante justificativa da área técnica e atualização do cronograma de execução, **dispensada a celebração de termo aditivo**, sem prejuízo da apuração de eventual responsabilidade da contratada por atraso injustificado.
- 23.7. Eventuais ajustes no cronograma de execução deverão ser previamente justificados e formalizados, observadas as disposições legais e contratuais aplicáveis.

24. CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – DA EFICÁCIA DO CONTRATO

- 24.1. Nos termos do art. 94 da Lei nº 14.133/2021, a eficácia deste contrato está condicionada à sua divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), a qual deverá ocorrer no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contados da data de sua assinatura, no caso de licitação. Para aditivos contratuais, aplica-se o mesmo prazo.
- 24.2. A divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) não exime a Administração da obrigação de realizar as publicações previstas em legislação específica, inclusive nos diários oficiais da União ou dos Estados, conforme a competência, em observância ao princípio da publicidade e à garantia da transparência dos atos administrativos.

25. CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA – DO FORO

- 25.1. Fica eleito o foro da Comarca de Rio Branco, Estado do Acre, para dirimir quaisquer questões oriundas deste contrato, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, para firmeza e prova de assim haverem, entre si, ajustado e acordado, após ter sido lido juntamente com seu(s) anexo(s), o presente Contrato é assinado eletronicamente pelas partes.



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM ACRE - DERACRE
MINUTA DE CONTRATO Nº 0000007/2026

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO



Documento assinado eletronicamente por **GESSE ABREU MOURA**, em 17/04/2026, às 12:16, conforme horário oficial do Acre, com fundamento no art. 11, § 3º, da Instrução Normativa Conjunta SGA/CGE nº 001, de 22 de fevereiro de 2018.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://compras.ac.gov.br/validador/documento>, informando o código verificador **CPEC3CB7 12CB4EBA B61D072E CAB3CBE** e código CRC **891824**